

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPACTOS DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Camila Lopes de Amorim ¹
Paula Layse de Brito ²

INTRODUÇÃO

No início de 2020 a pandemia do COVID19 ocasionou mudanças drásticas na vida dos brasileiros e de todo o mundo, ainda são impossíveis de serem mensurados os estragos que o vírus causou em cada família. Para controlar a disseminação do vírus foi preciso impor práticas de distanciamento social, impactando desta forma setores bases da estrutura do capitalismo, como a educação (MAGALHÃES, 2020).

Frente a situação, o Brasil publicou legislações que versam sobre possibilidades de realização de atividades pedagógicas por meio do Ensino a Distância, tendo que as escolas rapidamente se adaptarem a uma nova realidade que mexeria na rotina, metodologia e práticas pedagógicas da instituição.

A nova organização de ensino e aprendizagem por meio das aulas remotas veio a deixar mais evidente as desigualdades sociais que marcam a população brasileira. As aulas via conferência deixaram muitos alunos de certa forma privados do conteúdo, visto que, alguns estudantes não possuíam acesso a conexão, equipamentos eletrônicos, e atendimento educacional especializado.

A suspensão das aulas presenciais substituídas pelo ensino remoto emergencial (ERE) impôs uma mudança radical de como a vida é conduzida pois o simples funcionamento dos sistemas de ensino, sobretudo na educação básica, impacta fortemente a rotina de milhões de estudantes, principalmente daqueles que apresentam alguma necessidade educacional específica como é o caso o estudante com deficiência. (MAGALHÃES, 2020, P. 206).

¹ Graduanda do Curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Federal de pernambuco - UFPE, camila.lamorim2@ufpe.br;

² Graduanda pelo Curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Federal de pernambuco - UFPE, paula.layse@ufpe.br ;

O presente trabalho busca compreender as dificuldades do ensino remoto para alunos com deficiência, pois assim como diz Pimentel e Pimentel (2017), a exclusão que se observa na sociedade é ressaltada quando a mesma não se modifica para atender a todos, deixando invisíveis aqueles que subjugam menos capacitados.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e teve como base uma pesquisa bibliográfica, em que foram consultados autores, leis referentes ao tema e artigos publicados na internet nas plataformas de pesquisa scielo, google acadêmico, periódico CAPES. Dos resultados das pesquisas foram selecionados vinte artigos das plataformas para leitura integral. Como meios de aplicação pretendemos na leitura identificar pontos específicos que de forma precisa estão ligados ao nosso objeto de estudo, tais como: Dados demonstrados em números, posicionamento e conduta adotada por escolas, formas de abordagem, autonomia das instituições de ensino, aplicações de tecnologias facilitadoras do processo de ensino aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com as portas das escolas fechadas, as tecnologias tornaram-se essenciais e indispensáveis para a continuação das aulas, visto que, sem as aulas online o aluno viria a perder o ano letivo, e manutenção do vínculo entre professores, estudantes e demais profissionais da educação. Se levarmos em consideração o avanço da tecnologia e a ampliação do acesso a equipamento bem como, smartphones, tablets, computadores e o acesso a internet, torna-se viável para que políticas públicas possibilitem a manutenção das portas escolares abertas, mesmo que de forma virtual e remota (ARRUDA, 2020).

Uma questão apresentada, inclusive, nas discussões em órgão internacionais como a UNESCO diz respeito a problemas de acesso a essas tecnologias de informação e comunicação por parte de alunos quando o nível de pobreza se concentra em uma região ou em um país. No Brasil, as regiões consideradas com maior nível de pobreza

da população são o nordeste e norte do país. De acordo com Arruda (2020, p. 269), “[...] entre os estudantes de escolas públicas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região norte possui apenas 65% de acesso pelos alunos de escolas públicas e a região nordeste, 73%”.

Para os alunos que possuem algum tipo de deficiência o acesso às aulas através dessas tecnologias torna-se um problema ainda maior, podemos pontilhar a falta de acesso aos equipamentos e conexão, como dito em relatório da UNESCO, e o atendimento especializado para alunos com deficiência. Neste contexto se destacam alunos com deficiência visual, pois, mesmo para aqueles estudantes que já possuem contato com a internet e utilizam dos recursos assistivos, como programas de leitura de tela e/ou conversação, a dificuldade pode permanecer, tendo em vista, que estão presentes obstáculos como a descrição de imagens, dificuldade em acompanhar as aulas e os materiais. Ressaltou-se ainda a ausência de professores capacitados e qualificados, considerando-se que em sua maioria não são capacitados para atender a esse público e não são íntimos da tecnologia para promover a inclusão (SILVA FILHO; SILVA, 2020).

As aulas que acontecem hoje no Brasil de forma remota muitas vezes não favorecem ao menos aqueles que não estão acometidos por uma deficiência, devido a falta de equipamentos, então é necessário que se tenha a preocupação em ser pensado maneiras que favoreçam um público maior e heterogêneo, por isso a forma como se desenvolve e organiza aquilo que vai ser transmitido para pessoas em suas singularidades requer um modelo que contemple mais pessoas e inclua verdadeiramente aqueles, que pelo sistema homogêneo seria excluído. E no contexto de possibilidades para inclusão, a tecnologia é uma ferramenta de suporte necessário para auxiliar na dificuldade dos alunos deficientes, e que não serão apenas eles os favorecidos, mas também, os colegas, professores e a instituição.(MAGALHÃES, 2020).

As Estratégias do ensino remoto contam com apoio de plataformas digitais, neste ponto é necessário instituições de ensino, professores e responsáveis de alunos que necessitam de apoio especial para atentar ao fato de como tais plataformas atendem a necessidade

de uma pessoa que não possua visão ou audição (NETA; NASCIMENTO; FALCÃO, 2020).

Nesse sentido, é importante situarmos, em face das condições objetivas existentes, algumas questões relevantes que dizem respeito ao funcionamento e acessibilidade das ferramentas, videoaulas, webconferências para alunos cegos, surdos ou com outra necessidade educativa específica. Isso nos defronta com uma realidade que tinha limitações antes mesmo da pandemia, as quais agora estão escancaradas, porém, em algum grau permanecem invisibilizadas pela sociedade. (NETA; NASCIMENTO; FALCÃO, 2020, p.9)

Conforme relatado por Borges; Petten; Pereira; Nogueira (2021, p.26) através de pesquisa respondida com apoio de responsáveis, por alunos que possuem deficiência, que participam como espectadores de aulas gravadas num dado de 312 alunos quando questionados ao tempo médio, as aulas gravadas teriam aproximadamente 49 minutos, e quando questionados sobre a atenção em vídeo. “Em termos de tolerância, mesmo predominando aulas curtas, de 15 a 30 minutos, apenas 10,9% dos alunos permaneciam atentos o tempo todo e 26,6% simplesmente não conseguiam manter a atenção para se concentrar em aulas gravadas”.

Em busca de avaliar o entendimento dos alunos, os professores no ensino remoto recorrem à produção de atividades para verificar o processo de entendimento do aluno referente ao conteúdo aplicado, a dificuldade ocorre para alunos em todas categorias, segundo pesquisa:

Um dos principais desafios em relação aos alunos em tempos de pandemia, independentemente de terem ou não uma deficiência, é a tolerância em cada atividade. Dos 284 alunos que realizavam aulas síncronas, apenas 32% permaneciam o tempo todo. Ou seja, 68% não tolerava permanecer nas atividades durante o tempo previsto, sendo esse percentual dividido da seguinte forma: 22% permaneciam quase o tempo todo, 14% permaneciam a metade do tempo, cerca de 8% permaneciam menos da metade do tempo e 22% por pouco tempo,

apresentando uma tolerância baixa. (BORGES; PETTEN; PEREIRA; NOGUEIRA 2021, p. 24).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao retomar o objetivo deste estudo de cunho qualitativo que teve como base uma pesquisa bibliográfica culminou em reflexões sobre o envolvimento dos estudantes com o ensino remoto, tão somente, de analisar as diversas nuances discursiva de acordo com a bibliografia referenciada no presente trabalho foi identificado dificuldades, falta de condições socioeconômicas e habilidades necessárias; Com o cenário de aulas remotas alunos professores e instituições, enfrentam uma realidade difícil. Podemos observar, o quanto a escola física presente no cotidiano dos alunos influencia no acesso do aluno ao que nos referimos ao direito e garantia de educação dos cidadãos, visto que, a tecnologia, pode ser um fator excludente, quando colocado um sistema educacional remoto com boa parte da população pobre, não podendo participar dele, mas quando bem atribuída a tecnologia é um instrumento de inclusão sim sendo um suporte indispensável na acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é direito de todos e o poder público deve desenvolver políticas públicas educacionais para contemplar os diferentes alunos, com ou sem pandemia. Independentemente da aula ser presencial ou remota, por causa da pandemia, a educação deve ser universal e igual para todos por tantos pais e responsáveis, escolas e professores devem assegurar um sistema educacional inclusivo para que todos os estudantes possam desenvolver suas habilidades de acordo com suas necessidades de aprendizagem. As ferramentas educacionais de tecnologias de informação e comunicação são mais uma extensão para aprender novos conhecimentos, levando em consideração as desigualdades existentes para construção de uma educação análoga (SILVA; SOUSA, 2020).

Palavras-chave: Educação inclusiva; inclusão no ensino, Educação inclusiva na pandemia, Ensino remoto, Pandemia e educação.

REFERÊNCIAS

- MAGALHÃES, T. F. DE A. a Escolarização Do Estudante Com Deficiência Em Tempos De Pandemia Da Covid-19: Tecendo Algumas Possibilidades. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 205–221, 2020.
- PIMENTEL, S. C.; PIMENTEL, M. C. Resignificando a Deficiência: a Necessidade De Revisão Conceitual Para Definição De Políticas Públicas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 5, n. 2, p. 1039, 2018.
- SILVA, D. DOS S. V.; SOUSA, F. C. DE. Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 961–979, 2020.
- ARRUDA, E. P. 621-Texto do artigo-3318-1-10-20201014. **Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020.
- BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. Covid 19 E Educação: Resistências, Desafios E (Im)Possibilidades. **Revista Encantar**, v. 2, n. 1, p. 01–11, 2020.
- SILVA FILHO, J. G. DA; SILVA, J. DE S. Um Mapeamento Sistemático Sobre Apontamentos De Inclusão No Brasil Durante O Período Pandêmico. **Recite - Revista Carioca de Ciência Tecnologia e Educação.**, v. 5, n. 2, 2020.
- NETA, A.; NASCIMENTO, R.; FALCÃO, G. A educação dos estudantes com deficiência em tempos de pandemia de Covid-19: a invisibilidade dos invisíveis. **Interacções**, v. 48, n. 54, p. 25–48, 2020.
- BORGES, A. A. P. *et al.* Impacto da covid-19 na educação de alunos com deficiência: o que dizem os familiares. **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, p. 1-38, 2021.